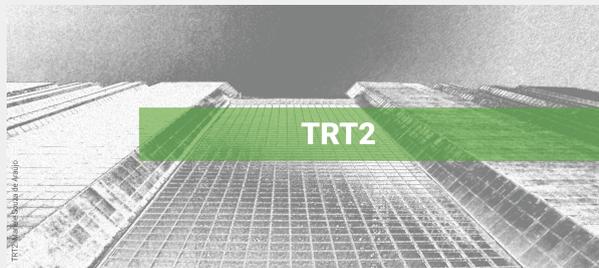


N. 23

Período: 10 a 14 jun. 2024



Ato n. 33/GP, de 27 de maio de 2024 (Retificação)

Institui Grupo de Trabalho para a implementação das ações necessárias à execução do “Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples”, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região.

Portaria n. 25/DGA, de 6 de junho de 2024
Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 26/DGA, de 10 de junho de 2024
Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 27/DGA, de 10 de junho de 2024
Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Edital de convocação para a celebração de acordos diretos com o município de Osasco n. 1, de 10 de maio de 2024 [Republicação]
Divulga, para conhecimento dos credores, advogados e Município de Osasco, a abertura do processo para habilitação de credores interessados em participar na realização de acordos diretos dos precatórios devidos pelo Município de Osasco, pelo FITO - Fundação Instituto Tecnológico de Osasco e pelo IPMO - Instituto de Previdência do Município de Osasco.

Edital de convocação para a celebração de acordos diretos com o município de São Vicente n. 1, de 10 de maio de 2024 [Retificação]
Divulga, para conhecimento dos credores, advogados e Município de São Vicente, a abertura do processo para habilitação de credores interessados em participar na realização de acordos diretos, dos precatórios devidos pelo Município de São Vicente, pela Caixa de Saúde e Pecúlio dos Servidores Municipais de São Vicente e pelo SESASV - Serviço de Saúde de São Vicente.

Provimento n. 4/CR, de 11 de junho de 2024
Altera o Provimento n. 1/CR, de 13 de janeiro de 2022, para criar a Divisão de Gestão de Dados Judiciários do 1º Grau, vinculada à Secretaria da Corregedoria Regional.

CNJ

[Resolução n. 350/CNJ, de 27 de outubro de 2020 \[Republicação\]](#)
Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências.

[Portaria n. 193/CNJ, de 3 de junho de 2024](#)

Altera o Anexo da Portaria n. 42/CNJ, de 1º de fevereiro de 2024, que regulamenta o Indicador de Desempenho na Promoção da Equidade Racial (Iper) e o Prêmio Equidade Racial, para o ano de 2024.

[Portaria n. 160/CNJ, de 12 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).

STF

[Resolução n. 836/STF, de 11 de junho de 2024](#)

Altera dispositivos da Resolução n. 757/STF, de 15 de dezembro de 2021, que institui o Programa de

Poder Legislativo

[Lei n. 14.887, de 12 de junho de 2024](#)

Altera a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer prioridade na assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, e a Lei n. 13.239, de 30 de dezembro de 2015, para determinar que a mulher vítima de violência tenha atendimento prioritário para a cirurgia plástica reparadora entre os casos de mesma gravidade.

Ministério da Fazenda

[Portaria n. 425/RFB, de 5 de junho de 2024](#)

Altera a Portaria n. 34/RFB, de 14 de maio de 2021, que dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União.

TST

[Recomendação n. 2/GCGJT, de 11 de junho de 2024](#)

Dispõe sobre a participação virtual de advogados da

Ministério da Previdência Social

[Instrução Normativa n. 167/PRES.INSS, de 10 de junho de 2024](#)

Altera a Instrução Normativa n. 128/PRES.INSS, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.

Congresso Nacional

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 37, de 2024](#)

Informa que a Medida Provisória n. 1.213, de 22 de abril de 2024, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, altera a Lei n. 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360, institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas

Integridade, dispõe sobre o Comitê de Gestão da Integridade (CGI-STF) e aprova o Plano de Integridade do Supremo Tribunal Federal.

União em audiências trabalhistas de maior relevância para a União.

de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal